CISION

negócios

Meio: Imprensa **Âmbito:** Economia, Negócios.
País: Portugal **Period.:** Diária
Área: 1396,51cm² **Pág:** 8-9,1

ID: 126034467 12-11-2026



Lisboa arrecadou no ano passado mais de 13% do IMT cobrado a nível nacional.

IMPOSTOS

Imobiliário garante um quarto das receitas das autarquias

O IMT ganha cada vez mais destaque nas contas das autarquias e em 2025 o peso nas receitas municipais quase duplicou numa década, refletindo o dinamismo do mercado imobiliário e a crescente dependência das autarquias da atividade imobiliária, revela o Anuário dos Municípios Portugueses.

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

O IMI e o IMT somaram, no ano passado, qualquer coisa como 82% do total da receita de impostos das câmaras, com o IMT em destaque. Olhando para o total das receitas das autarquias, estes dois impostos têm um peso de 26%, refletindo o dinamismo do mercado imobiliário em praticamente todo o país, mas com largo destaque para Lisboa, Porto e alguns concelhos do litoral.

Com efeito, e olhando em particular para o IMT, cobrado cada vez que um imóvel é vendido, este imposto chegou aos 2.307,5 milhões de euros, verificando-se, de 2024 para 2025, um crescimento de 33,5% na receita. Um salto que, refira-se, não era tão grande desde 2021, quando a comparação era com o ano da pandemia, em que as vendas tinham caído substancialmente. O IMI, o outro imposto municipal por excelência e em regra mais estável, teve um crescimento menos expressivo, de 5,9%, mas atingindo os 1.588,7 milhões de euros.

O balanço consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que será apresentado esta quinta-feira no Porto, numa iniciativa da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade da Universidade Politécnica do Cávado e do Ave. O documento, que analisa à lupa as contas das autarquias, "continua a evidenciar uma gestão financeira relativamente sólida e com sinais de manutenção de rigor na execução orçamental dos municípios portugueses", escrevem os autores.

Em 2025, a receita total municipal atingiu 14.874 milhões de euros - um crescimento de 14,1% face a 2024 - continuando com uma forte preponderância das receitas fiscais que, no seu conjunto, subiram 16,9%. O Anuário destaca municípios como Loulé, Cascais ou Grândola em que mais de 60% das receitas cobradas são re-

CISION

negócios

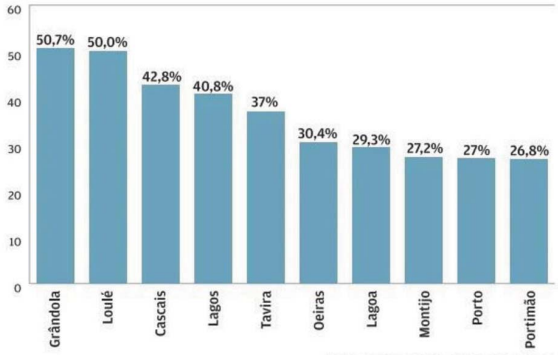
Meio: Imprensa **Âmbito:** Economia, Negócios.
País: Portugal **Period.:** Diária
Área: 1396,51cm² **Pág:** 8-9,1

ID: 126034467 12-11-2026

IMT É CADA VEZ MAIS IMPORTANTE

Peso da receita do IMT no total da receita das autarquias, em percentagem

As autarquias dependem cada vez mais do imposto suportado por quem compra uma casa ou um qualquer imóvel. O peso do IMT na receita total dos municípios em 2025 era já de 15,4% e quase duplicou desde 2015, quando não ia além dos 7,8%.



Fonte: Anuário dos Municípios Portugueses

33,5%

AUMENTO

A receita de IMT aumentou 33,5% de 2024 para 2025, situando-se nos 2 307,5 milhões de euros.

13,6%

LISBOA

A capital arrecadou 13,6% do IMT cobrado a nível nacional, com este imposto a representar 24,8% da receita total do município.

ceitas fiscais. Em Lisboa representam 48,6% e no Porto o peso é de 46,8%.

Refira-se que, além do IMI e do IMT, as autarquias recebem também receita proveniente do IUC - que cresceu 4,5%, mas representa apenas um valor na ordem dos 356,6 milhões de euros - e da Derrama - mais 3%, para os 495 milhões.

Peso do IMT duplicou em dez anos

O Anuário Financeiro dos Municípios mostra que, no conjunto das autarquias, o peso médio do IMT foi, no ano passado, de 15,4%, o que compara com 7,8% em 2015 e 13,2% em 2024. Olhando para os 35 municípios em que o peso do IMT é mais elevado, verificou-se que em seis casos o crescimento no ano passado superou 50%: Palmela (+90,5%), Vila Franca de Xira (+78,7%), Oeiras (+72,2%), Amadora (+64,5%), Vila Nova de Gaia (+55,8%) e Gondomar (+52,6%).

Neste caso são essencialmente autarquias em torno de Lisboa e Porto, o que espelha uma movimentação de pessoas para essas zonas, onde o preço por metro quadrado é, ainda assim, inferior.

Lisboa, como já era de esperar, arrecadou 13,6% do IMT cobrado a nível nacional. Em 2024, tinha registado uma quebra de 9,8%, mas no ano passado recuperou, com a receita municipal de IMT a aumentar 13,7%, para uma fatia de 24,8% da receita total do município.

Cascais foi o segundo município que mais IMT cobrou, com um valor equivalente a 55,2% do registado por Lisboa e com este imposto a representar 42,8% sua receita total - a autarquia arrecadou mais 42,7 milhões de euros de IMT no ano passado.

Destaque ainda para o Porto, na terceira posição deste ranking, que recebeu em 2025 116,9 milhões de euros, 27% da receita total do município, mais 26,8% que no ano anterior; e para Loulé, no Algarve, zona muito procurada para habitações de turismo de luxo e onde as vendas de imóveis renderam em IMT o equivalente a 50% da receita total municipal, tendo crescido 22,8%.

Há depois o outro lado da moeda, o das autarquias de pequena dimensão e localizadas no interior do país, para as quais o IMT é residual. Mértola, por exemplo, que em 2024 não tinha registado receita, em 2025 contabilizou 109 mil euros. E o Corvo, no arquipélago dos Açores, não foi além dos seis mil euros, mas isso representou mesmo um crescimento superior a 50%. Noutros casos, verificou-se uma redução superior a 30%, como Gavião (-73,2%), Freixo de Espada à Cinta (-55,2%), Santa Cruz das Flores (-46,3%) e Aguiar da Beira (-32,0%).

6.000

CORVO

O Corvo, no Arquipélago dos Açores, não foi além dos seis mil euros de receita de IMT, mas teve um crescimento de 50%.

Menos excedentes nos municípios

Na análise à execução das contas dos municípios no ano passado, o relatório continua a apontar para uma situação positiva, assinalando que "o ano de 2025 foi o décimo ano económico consecutivo em que, as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos", permitindo um novo excedente.

Segundo os dados do Anuário, porém, o excedente orçamental global dos municípios caiu para 201 milhões de euros (399 milhões em 2024) e foi o mais baixo desde 2021, ano de pandemia. O número de autarquias que fecharam as contas com saldo positivo diminuiu de 190 para 154.

O documento assinala também que, apesar do crescimento das receitas (mais 16,9% na receita fiscal em 2025), "mantém-se necessário reequacionar o financiamento autárquico numa justa repartição de recursos nacionais com eventual reforço das transferências do Orçamento do Estado, nomeadamente para os municípios de pequena dimensão, numa ótica de coesão territorial que privilegie os municípios com menor receita fiscal autónoma". "É fundamental promover estratégias de incremento de receitas próprias e diversificação das fontes de financiamento para garantir maior autonomia e resiliência do setor municipal", defende. ■



Lisboa, Porto e Funchal são os municípios que mais beneficiam.

Receita da taxa turística duplicou com 12 novos municípios a cobrar

Há já mais de 40 autarquias a cobrar pelas dormidas de turistas, com o valor arrecadado a disparar para 186,6 milhões de euros em 2025.

As autarquias duplicaram no ano passado a receita de taxas turísticas, com o valor global arrecadado a aumentar de 95 milhões para 186,6 milhões de euros, mostra o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2025, apresentado nesta quinta-feira pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Para o aumento da cobrança, contribuiu a adesão de mais 12 municípios à taxa imposta sobre dormidas em estabelecimentos hoteleiros e alojamentos locais (no caso de Lisboa, também aos passageiros de cruzeiros), com um alargamento da cobrança à quase totalidade dos concelhos de Madeira e Açores, assim como a mais concelhos no Norte (Matosinhos, Caminha, Terras de Bouro) e um no Alentejo, em Évora. O número de autarquias que fecharam as contas com saldo positivo diminuiu de 190 para 154.

Mas houve também fortes subidas nos valores arrecadados na maioria dos municípios que já aplicam a taxa. Só Lisboa, que capta quase metade da receita desta taxa a nível nacional, arrecadou no ano passado 83,2 milhões de euros, numa subida de 33,3 milhões face ao ano anterior. O Porto, município com a segunda maior fatia, também encaixou mais 10 milhões de euros, com a receita a subir para um valor ligeiramente acima dos 30 milhões de euros. O Funchal, entretanto, passou a ser o terceiro município que mais beneficia da taxa turística, passando de 1,8 milhões para 14,1 milhões de euros arrecadados.

Em termos relativos, os maiores crescimentos foram registados em Loulé, onde a receita passou de apenas 27.818 euros para mais de 4,4 milhões de euros; em Setúbal, com subida de 11.664 euros para mais de 665 mil euros; e no Machico, que passou de 28.044 euros para mais de 943 mil euros.

Apenas Sintra, Póvoa de Varzim, Mafra e Vila Real de Santo António viram no ano passado estas receitas estagnar ou cair ligeiramente.

O número de municípios que aplicam taxa turística continua a crescer e os valores cobrados continuam a crescer também aceleradamente na maioria dos casos, representando já fatias significativas da receita total de que os autarcas dispõem para financiar despesa. Os mais dependentes da taxa turística são Funchal (9,7%), Albufeira (9,1%) e Porto Santo (8,1%), onde esta pesa quase um décimo da receita. Há ainda seis outros municípios nos quais esta taxa já pesa mais de 5% na receita: Porto, Calheta (na Madeira), Lisboa, Lagoa (no Algarve), Portimão e Santa Cruz. ■ MC